



Grant Thornton

Concessionária Rota do Oeste S.A.

Demonstrações contábeis acompanhadas do Relatório do Auditor Independente

Em 31 de dezembro de 2018

Índice

	Página
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis	3
Demonstrações contábeis	8
Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017	15

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Aos
Administradores e Acionistas da
Concessionária Rota do Oeste S.A.
Cuiabá – MT

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Concessionária Rota do Oeste S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e do fluxo de caixa, para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Concessionária Rota do Oeste S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e o seu fluxo de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

Em 31 de dezembro de 2018, o passivo circulante da Companhia excede seu ativo circulante em R\$ 1.025.301 mil decorrente da sua dívida de curto prazo com instituições financeiras. Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 1 às demonstrações contábeis, a Companhia encontra-se em negociação com instituições financeiras para a contratação de novos empréstimos e financiamentos de longo prazo, para reequilíbrio dessa situação. A eventual não confirmação da captação de recursos com terceiros suscitaria a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia e seu respectivo plano de investimentos e de seus negócios. As demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2018 não contêm ajustes e/ ou reclassificações por conta desse assunto, e nossa opinião não está ressalvada em relação a este assunto.

Ênfases

Operação Lava Jato

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 1 às demonstrações contábeis, desde 2014 encontram-se em andamento investigações e outras medidas legais conduzidas pela Justiça Federal e pelo Ministério Público Federal, no contexto da chamada Operação Lava Jato, e que envolvem empresas, executivos e ex-executivos do Grupo Odebrecht, do qual a Companhia faz parte. Até o presente momento, não há como determinar se a Companhia será afetada pelos resultados das referidas investigações e por quaisquer de seus desdobramentos e suas consequências futuras. As demonstrações contábeis da Companhia não incluem quaisquer efeitos que possam advir desses assuntos, e nossa opinião não está ressalvada em relação a esse tema.

Autos de infração – ANTT

Conforme Nota Explicativa nº 1 às demonstrações contábeis, a Companhia possui autos de infração lavrados pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), mediante os quais a Agência alega o descumprimento de determinadas obrigações previstas no Contrato de Concessão firmado e no Programa de Exploração da Rodovia (PER) pela Concessionária (ou Companhia), que são corroborados pela redução do valor da Receita de Construção no exercício findo em 31 de dezembro de 2018, quando comparada com o exercício anterior, em função da suspensão das obras de duplicação em decorrência da não liberação do financiamento de longo prazo, conforme mencionado na Nota Explicativa nº 21 (i) às demonstrações contábeis. Até a presente data, não houve discussão na esfera judicial do referidos processo, estando os mesmos sendo discutidos nas esferas administrativas com a ANTT. As penalidades, se impostas, ou se forem confirmadas podem vir a ser objeto de discussão na esfera judicial envolvendo, inclusive, câmaras de arbitragem, segundo os assessores legais da Companhia. Considerando as incertezas que envolvem o assunto, até o presente momento, não há como determinar se a Companhia será afetada pelos resultados das discussões envolvidas nos autos de infração e por quaisquer de seus desdobramentos em outras instâncias. As demonstrações contábeis da Companhia não incluem quaisquer efeitos que possam advir desses assuntos. Nossa opinião não está ressalvada em relação a este assunto.

Reapresentação dos valores correspondentes ao exercício anterior

Os valores correspondentes referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente auditados por nós, cujo relatório, datado de 01 de março de 2018, não continha ressalva. Os valores correspondentes estão sendo reapresentados em virtude de determinadas reclassificações efetuadas, conforme apresentado na Nota Explicativa nº 2.4 das demonstrações contábeis.

As demonstrações contábeis da Companhia não incluem quaisquer efeitos que possam advir desses assuntos. Nossa opinião não está ressalvada em relação a este assunto.

Principais assuntos de auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Além do assunto descrito na seção “Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional”, determinamos que os assuntos descritos abaixo são os principais assuntos de auditoria a serem comunicados em nosso relatório.

Reconhecimento das receitas de pedágios

Motivo pelo qual o assunto foi tratado como PAA

Conforme apresentado na nota explicativa nº 1 às demonstrações contábeis, a Companhia explora pelo regime de concessão trechos da BR 163/MT e da BR 070/MT, sendo remunerada pela cobrança de tarifas de pedágios aos usuários. O alto fluxo de transações e a sistemática de cobrança requerem que a Companhia possua controles operacionais implementados de forma a capturar adequadamente os valores provenientes dos pagamentos realizados, sejam eles em espécie ou através dos meios de pagamentos eletrônicos. A Companhia apresenta informações sobre a mensuração e reconhecimento das receitas provenientes da cobrança de pedágios nas Notas Explicativas nºs 2.2 p (i) e 21 às demonstrações contábeis.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos de auditoria, incluíram avaliação dos controles internos implementados pela Administração para o reconhecimento e mensuração de tais receitas e testes de controles e procedimentos analíticos substantivos. Os principais procedimentos efetuados, entre outros testes, foram: (i) confirmação externa dos valores a receber dos meios de pagamentos eletrônicos; (ii) teste dos controles-chaves de reconhecimento e mensuração de receitas com base em amostragem; e (iii) testes documentais para validação dos valores reconhecidos no período. Com base nos procedimentos efetuados, consideramos que os critérios e premissas para reconhecimento e mensuração das receitas foram adequados no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Ativo intangível – Reconhecimento inicial do custo

Motivo pelo qual o assunto foi tratado como PAA

Conforme apresentado na Nota Explicativa nº 2.2, item i (i) às demonstrações contábeis, a Companhia reconhece o ativo intangível referente aos gastos de recuperação, construções e melhorias realizados no trecho rodoviário sobre Concessão, em atendimento à Interpretação Técnica ICPC 01. Esses gastos são realizados para construção da infraestrutura em atendimento ao Contrato de Concessão e não são registrados como ativo imobilizado porque o contrato de concessão não transfere à Companhia o direito de controlar o uso da infraestrutura de serviços públicos.

As adições desses gastos realizadas no ativo intangível repercutem na apuração do custo de construção e, conseqüentemente, na determinação da receita de construção, conforme Nota Explicativa nº 2.2 p (ii) às demonstrações contábeis. Em decorrência de ser uma área de risco e de valores significativos, consideramos novamente neste exercício este assunto como PAA, devido a possibilidade de ocorrência de erros no registro e valorização do ativo intangível que podem apresentar riscos significantes de distorções materiais nas demonstrações contábeis, como erros nos valores que seriam elegíveis a serem capitalizados e respectiva amortização. A apresentação sobre o ativo intangível é realizada na Nota Explicativa nº 15 e os efeitos do reconhecimento de receitas e custos de construção são apresentados nas Notas Explicativas nº 21 e nº 22 às demonstrações contábeis, respectivamente.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Avaliamos os controles internos implementados pela Administração para o reconhecimento inicial dos valores registrados no ativo intangível e sua respectiva amortização, bem como realizamos procedimentos substantivos de testes documentais, em base de amostragem, para avaliação da natureza e dos valores capitalizados como ativo intangível. Com referência às adições dos itens registrados no ativo intangível, utilizamos o método de seleção estatística através do razão contábil da conta do ativo intangível para realização dos testes substantivos para evidência da integridade do custo registrado e realizamos testes de recálculo da amortização. Com base nos procedimentos efetuados, consideramos que os critérios para capitalização e amortização do ativo intangível estão aceitáveis no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstração do Valor Adicionado (DVA)

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas e outras informações que compreendem o relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é ler o relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança sobre as demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Campinas, 28 de fevereiro de 2019



Nelson Fernandes Barreto Filho
CT CRC 1SP-151.079/O-0 "S" – MT

Grant Thornton Auditores Independentes
CRC 2SP-025.583/O-1 "S" – MT

Concessionária Rota do Oeste S.A.
Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2018 e de 2017
(Valores expressos em milhares de reais)

ATIVO

	Notas	31/12/2018	31/12/2017 (Reapresentado)
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	7	10.408	10.667
Aplicações financeiras	8	25.224	28.532
Contas a receber	9	21.586	18.615
Tributos a recuperar	-	1.036	772
Contas a receber - partes relacionadas	11	-	641
Despesas antecipadas	10	6.735	4.763
Outros ativos	-	3.012	2.136
		<u>68.001</u>	<u>66.126</u>
Ativo não circulante			
Realizável a longo prazo			
Imposto de renda e contribuição social diferidos	12	23.857	12.425
Despesas antecipadas	10	929	2.949
Depósitos judiciais	18	1.601	1.343
Tributos a recuperar	-	232	-
		<u>26.619</u>	<u>16.717</u>
Imobilizado	13	3.637	2.701
Intangível	14	1.783.013	1.722.777
		<u>1.813.269</u>	<u>1.742.195</u>
Total do ativo		<u>1.881.270</u>	<u>1.808.321</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das
demonstrações contábeis

Concessionária Rota do Oeste S.A.
Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2018 e de 2017
(Valores expressos em milhares de reais)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Notas	31/12/2018	31/12/2017 (Reapresentado)
Passivo circulante			
Fornecedores	-	15.048	30.811
Fornecedores - partes relacionadas	11	79.523	54.558
Empréstimos	15	982.092	983.442
Salários e encargos sociais	16	7.299	8.008
Tributos a pagar	-	4.668	4.679
Outros passivos	17	4.672	5.602
		<u>1.093.302</u>	<u>1.087.100</u>
Passivo não circulante			
Fornecedores	-	2.772	2.514
Outras contas a pagar	-	1.013	1.013
Mútuos - partes relacionadas	11	364.593	337.298
Provisão para contingências	18	381	499
Provisão de conserva especial	19	101.018	40.979
		<u>469.777</u>	<u>382.303</u>
Patrimônio líquido			
Capital social	20 (a)	363.558	363.558
Reserva de incentivo fiscal	20 (b)	388	-
Prejuízos acumulados	-	(45.755)	(24.640)
		<u>318.191</u>	<u>338.918</u>
Total do passivo e do patrimônio líquido		<u><u>1.881.270</u></u>	<u><u>1.808.321</u></u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das
demonstrações contábeis

Concessionária Rota do Oeste S.A.

Demonstração dos resultados Exercícios findos em 31 de dezembro

(Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	2018	2017
Operações continuadas			
Receita líquida	21	494.896	498.490
Custo dos serviços	22	(308.974)	(315.535)
Lucro bruto		185.922	182.955
Despesas (receitas) operacionais			
Gerais e administrativas	23	(21.645)	(20.087)
Outras receitas (despesas), líquidas	-	979	83
Lucro operacional antes do resultado financeiro, líquido		165.256	162.951
Receitas financeiras	24	2.016	2.077
Despesas financeiras	24	(198.847)	(164.515)
Resultado financeiro, líquido		(196.831)	(162.438)
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social		(31.575)	513
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido	25	10.848	(287)
Lucro (prejuízo) do exercício		(20.727)	226
Lucro (prejuízo) básico por lote de mil ações no fim do exercício - R\$	26	(57,01)	1,37

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis

Concessionária Rota do Oeste S.A.

Demonstração do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro

(Valores expressos em milhares de reais)

	2018	2017
Lucro (prejuízo) do exercício	(20.727)	226
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do exercício	(20.727)	226

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis

Concessionária Rota do Oeste S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido em 31 de dezembro

(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>Notas</u>	<u>Capital social</u>	<u>Reserva de incentivo fiscal</u>	<u>Prejuízos acumulados</u>	<u>Total</u>
Em 1º de janeiro de 2017		313.558	-	(24.866)	288.692
Lucro do exercício	-	-	-	226	226
Aumento de capital	20 (a)	50.000	-	-	50.000
Em 31 de dezembro de 2017		<u>363.558</u>	<u>-</u>	<u>(24.640)</u>	<u>338.918</u>
Em 1º de janeiro de 2018		363.558	-	(24.640)	338.918
Prejuízo do exercício	-	-	-	(20.727)	(20.727)
Reserva de incentivo fiscal	20 (b)	-	388	(388)	-
Em 31 de dezembro de 2018		<u>363.558</u>	<u>388</u>	<u>(45.755)</u>	<u>318.191</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis

Concessionária Rota do Oeste S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro

(Valores expressos em milhares de reais)

	31/12/2018	31/12/2017
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro (prejuízo) do exercício antes do imposto de renda e da contribuição social	(31.575)	513
Ajustes		
Depreciação e amortização	35.465	29.781
Perda na baixa do imobilizado e intangível	1.538	692
Provisão para conserva especial	53.579	30.093
Provisão para contingências	(118)	11
Ajuste a valor presente	6.459	2.207
Juros e variações monetárias, líquidas	194.359	175.481
	259.707	238.778
Variações nos ativos e passivos		
Contas a receber	(2.971)	(3.735)
Tributos a recuperar	(264)	2.265
Despesas pagas antecipadamente	48	197
Partes relacionadas	641	(641)
Outros ativos	(1.108)	(1.201)
Depósitos judiciais	(258)	(120)
Fornecedores	(23.988)	(26.128)
Fornecedores - partes relacionadas	-	10.490
Obrigações sociais e trabalhistas	(709)	(482)
Tributos a pagar	(595)	736
Contas a pagar	(929)	1.312
Caixa gerado nas operações	229.574	221.471
Juros pagos no financiamento	(97.645)	(106.581)
Caixa líquido gerado das atividades operacionais	131.929	114.890
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Aplicações financeiras	4.995	(26.680)
Conta reserva	-	15.720
Aquisições de bens do ativo imobilizado	(2.161)	(709)
Adições ao intangível	(87.531)	(99.598)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(84.697)	(111.267)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Empréstimos e financiamentos		
Pagamento de custos de transação	(47.491)	(49.338)
Aumento de capital social	-	50.000
Caixa líquido consumido pelas atividades de financiamento	(47.491)	662
Diminuição de caixa e equivalentes de caixa no período	(259)	4.285
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	10.667	6.382
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	10.408	10.667
Aumento de caixa e equivalentes de caixa no exercício	(259)	4.285

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis

Concessionária Rota do Oeste S.A.

Demonstração do valor adicionado Exercícios findos em 31 de dezembro

(Valores expressos em milhares de reais)

	31/12/2018	31/12/2017
Receitas	532.348	532.852
Receita de serviços	436.666	405.105
Receita de construção ICPC 01-R1	95.682	127.747
Insumos adquiridos de terceiros		
Materiais, energia e outros	(99.781)	(67.146)
Custo de construção ICPC 01-R1	(95.682)	(127.747)
Serviços de terceiros e outros operacionais	(58.530)	(70.594)
Valor adicionado bruto	278.355	267.365
Depreciação e amortização	(35.465)	(29.781)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	242.890	237.584
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	2.016	2.077
Outros	979	83
Valor adicionado total a distribuir	245.885	239.744
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal	33.644	33.574
Remuneração direta	27.917	28.543
Benefícios	3.720	3.126
FGTS	2.007	1.905
Impostos, taxas e contribuições	32.565	40.481
Federais	11.403	20.991
Estaduais	278	194
Municipais	20.884	19.296
Remuneração de capitais de terceiros	200.403	165.463
Juros	198.700	163.243
Aluguéis	1.606	1.520
Outros	97	700
Remuneração de capitais próprios	(20.727)	226
Lucro (prejuízo) do exercício	(20.727)	226
Valor adicionado distribuído	245.885	239.744

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e de 2017

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações gerais

A Concessionária Rota do Oeste S.A. (“Companhia” ou “CRO”), com sede em Cuiabá, Mato Grosso, é uma sociedade anônima de propósito específico e capital fechado. Foi constituída em 27 de dezembro de 2013 e iniciou suas operações em 06 de setembro de 2015, tendo como objetivo explorar, pelo regime de concessão, o sistema rodoviário composto por trechos da BR-163/MT e BR-070/MT, com prazo de 30 anos conforme Contrato de Concessão firmado com a União por intermédio da Agência Nacional de Transportes Terrestres (“ANTT” ou “Poder Concedente”):

Objeto do contrato	Prazo	Poder concedente
O objeto do Contrato é a Concessão para exploração da infraestrutura e da prestação do serviço público de recuperação, operação, manutenção, monitoração, conservação, implantação de melhorias, ampliação de capacidade e manutenção do nível de serviço do Sistema Rodoviário. A Concessão é remunerada mediante cobrança de tarifa de pedágio, dentre outros.	30 anos	ANTT

A Companhia é parte integrante da Organização Odebrecht, sendo controlada diretamente pela Odebrecht Rodovias S.A. (“ODBVias”) e indiretamente pela Odebrecht Transport S.A. (“OTP”).

Em 05 de janeiro de 2016, a Companhia pediu registro para categoria “B” à Comissão de Valores Mobiliários (CVM), o qual permite a emissão de qualquer valor mobiliário, exceto ações, não havendo pedido de oferta pública de distribuição concomitante. O registro foi deferido em 07 de junho de 2016.

O pedido de registro de companhia aberta foi motivado em razão da intenção da Companhia ampliar sua imagem institucional perante os seus credores, fornecedores, acionistas, funcionários, poder concedente e o mercado em geral, acessar e se consolidar no mercado de capitais brasileiro.

A Companhia possui autos de infração lavrados pela ANTT, mediante os quais a Agência alega o descumprimento de determinadas obrigações previstas no Contrato de Concessão firmado e no Programa de Exploração da Rodovia (PER). Não houve, até o momento, trânsito em julgado dos processos administrativos instaurados pela ANTT.

Capital circulante líquido negativo

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia apresenta o Capital Circulante Líquido (“CCL”) negativo de R\$ 1.025.301 (31 de dezembro de 2017 – R\$ 1.020.974), principalmente, em virtude dos financiamentos de curto prazo contratados junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social (“BNDES”) e a Caixa Econômica Federal (“CEF”), com vencimentos em 15 de maio de 2019 e 20 de maio de 2019, respectivamente.

A Companhia previa em seu plano de negócios, a captação de empréstimo de longo prazo junto ao BNDES para o financiamento das obras previstas no contrato de concessão e liquidação dos empréstimos de curto prazo, porém a deterioração do cenário econômico e político do País trouxe implicação direta no mercado de crédito, impactando a estruturação do financiamento de longo prazo da Companhia e os termos de garantias dos acionistas.

Assim, diante da interrupção das negociações para a contratação do empréstimo de longo prazo nas condições planejadas inicialmente pela Companhia junto ao BNDES, a Companhia busca atualmente alternativas para a reestruturação de sua dívida por meio da reavaliação de sua estrutura societária e a consequente contratação de novas dívidas para a conclusão das obrigações previstas no contrato de concessão.

Investigações e medidas judiciais em andamento

Como é de conhecimento público, desde 2014 encontram-se em andamento investigações e outros procedimentos legais conduzidos pelo Ministério Público Federal e outras autoridades públicas, no contexto da chamada “Operação Lava Jato”, que investiga, principalmente, práticas relacionadas a corrupção e lavagem de dinheiro, e que envolvem empresas, ex-executivos e executivos do Grupo Odebrecht.

A Companhia não foi notificada a respeito de ser objeto de qualquer investigação promovida por órgãos reguladores internos ou organismos internacionais contra a Companhia ou seus executivos relacionada à Operação Lava Jato, bem como não sofreu busca e apreensão em seus estabelecimentos e não teve nenhum executivo indiciado, denunciado ou tampouco condenado até o momento. Considerando que as investigações ainda estão em andamento, não há como determinar se será afetada pelos resultados do referido Acordo e por quaisquer de seus desdobramentos e suas consequências futuras.

A emissão das demonstrações contábeis foi autorizada pela diretoria da Companhia em 28 de fevereiro de 2019.

2. Políticas contábeis adotadas

As demonstrações contábeis foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pela CVM.

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas a seguir. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os períodos apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1. Base de preparação

As demonstrações contábeis foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e determinados ativos e passivos financeiros mensurados a valor justo. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas estão divulgadas na Nota nº 3.

2.2. Descrição das principais práticas contábeis adotadas

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração destas demonstrações contábeis estão descritas a seguir:

a) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são avaliados ao custo e compreendem dinheiro em caixa, depósitos bancários à vista, aplicações financeiras de curto prazo e de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses ou menos, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e com risco insignificante de mudança de valor.

b) Aplicações financeiras

As aplicações financeiras são mantidas na categoria: mantidas até o vencimento e encontram-se registrados ao valor justo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, limitados ao seu valor de realização.

c) Ativos financeiros

Classificação e mensuração

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob a seguinte categoria: mensurados a valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos.

A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados no ativo circulante.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações em seu valor justo são apresentados na demonstração do resultado em "Resultado financeiro" no período em que ocorrem, a menos que o instrumento tenha sido contratado em conexão com outra operação. Nesse caso, as variações são reconhecidas na mesma linha do resultado afetada pela referida operação. Em 31 de dezembro de 2018, compõem parte do saldo da rubrica de "Aplicações financeiras" (Nota nº 8).

Empréstimos e recebíveis

São incluídos nesta classificação os ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados no ativo não circulante).

Em 31 de dezembro de 2018, compreende a rubrica “Caixa e equivalentes de caixa” (Nota nº 7), “Contas a receber” (Nota nº 9) e “Outros ativos”.

Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

Instrumentos financeiros derivativos e atividades de *hedge*

A Companhia não se utilizou de instrumentos financeiros derivativos e não realizou operações de *hedge*.

d) Contas a receber

As contas a receber são registradas pelos respectivos valores faturados e estão representadas substancialmente por recebíveis de pedágio eletrônico e vale pedágio, com prazo de recebimento inferior a 45 dias.

e) Despesas antecipadas

As despesas antecipadas, compostas por prêmios de seguros a apropriar, são avaliadas ao custo, líquidas das amortizações, que são reconhecidas ao resultado de acordo com o prazo de vigência do seguro.

f) Demais ativos

Os demais ativos são apresentados pelo valor de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas até a data do balanço. Quando necessária, é constituída provisão para redução aos seus valores de recuperação.

g) Contrato de concessão

A infraestrutura, dentro do alcance da Interpretação Técnica ICPC 01 – Contratos de Concessão, é registrada como ativo intangível na medida em que o concessionário tem acesso para construir e/ ou operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome da concedente, nas condições previstas no contrato.

O direito de exploração de infraestrutura é oriundo dos dispêndios realizados na construção de obras de infraestrutura e de melhoria em troca do direito de cobrar os usuários das rodovias pela utilização da infraestrutura. Este direito é composto pelo custo da construção somado à margem de lucro e aos custos dos empréstimos atribuíveis a esse ativo. A Companhia estimou que eventual margem é irrelevante, considerando-a próxima a zero.

No contrato de concessão no qual a Companhia é parte, o poder concedente não prevê um pagamento monetário pelos serviços de construção e melhorias executados pela concessionária, mas em troca ele concede à entidade um ativo intangível, que é o direito de cobrar os usuários pelos serviços públicos oferecidos.

A Administração avalia o momento de reconhecimento dos ativos intangíveis com base nas características econômicas do contrato de concessão. Os investimentos que geram potencial de receita adicional são reconhecidos somente quando incorridos os custos de prestação de serviços de construção relacionados à ampliação ou melhoria da infraestrutura.

A Companhia reconhece os efeitos de amortização dos ativos intangíveis decorrentes dos contratos de concessão, limitados ao prazo da respectiva concessão.

A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método da curva de tráfego.

h) Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, deduzido de depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens.

A depreciação é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos valores residuais durante a vida útil estimada.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que gerou benefícios econômicos futuros associados a investimentos e que possam ser mensurados com segurança. Todos os aspectos do reparo e manutenção são lançados em contrapartida ao resultado, quando incorridos.

i) Intangível

(i) Infraestrutura

Os ativos intangíveis construídos em decorrência do contrato de concessão são registrados conforme Interpretação Técnica ICPC 01, item 17, mediante o qual são estimados o valor justo de construção e outros custos incorridos na infraestrutura.

O reconhecimento do valor justo dos ativos intangíveis decorrentes de contratos de concessão está sujeito a pressupostos e estimativas, bem como a utilização de diferentes premissas que possam afetar os saldos registrados.

A amortização dos ativos intangíveis oriundos dos direitos de concessão é reconhecida no resultado através de projeção de curva de tráfego estimada para o período de concessão a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

(ii) Software

As licenças de software adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os ativos e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimável às taxas anuais mencionadas na Nota nº 14.

Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

j) Provisão para conserva especial

As obrigações contratuais para manter a infraestrutura concedida com um nível específico de operacionalidade ou de recuperar a infraestrutura na condição especificada antes de devolvê-la ao Poder Concedente ao final do contrato de concessão, são registradas e avaliadas pela melhor estimativa de gastos necessários para liquidar a obrigação presente na data do balanço.

A política da Companhia define que estão enquadradas no escopo da provisão de manutenção as intervenções físicas de caráter periódico, claramente identificado, destinadas a recompor a infraestrutura concedida às condições técnicas e operacionais exigidas pelo contrato de concessão, ao longo de todo o período da concessão.

Considera-se uma obrigação presente de manutenção somente a próxima intervenção a ser realizada. Obrigações reincidentes ao longo do contrato de concessão passam a ser provisionadas à medida que a obrigação anterior tenha sido concluída e o item restaurado colocado novamente à disposição dos usuários.

A provisão para manutenção é contabilizada com base nos fluxos de caixa previstos de cada objeto de provisão trazidos a valor presente levando-se em conta o custo dos recursos econômicos no tempo e os riscos do negócio.

Para fins de cálculo do valor presente, a taxa de desconto praticada para cada intervenção futura é mantida por todo o período de provisionamento.

k) Provisão para contingências

A Companhia é parte de processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todos os riscos referentes a processos judiciais e administrativos regulatórios para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a obrigação a obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita.

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos.

As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões dos tribunais, conforme demonstrado na Nota nº 18.

l) Ajuste a Valor Presente (AVP)

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Para fins de registro e determinação da relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos.

m) Fornecedores

As contas a pagar são, inicialmente, reconhecidas pelo valor presente e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

n) Empréstimos e financiamentos

Os recursos financeiros tomados através de empréstimos e financiamentos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquidos dos custos de transação.

Em seguida, os recursos financeiros tomados são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (*pro rata temporis*), com base na taxa efetiva.

o) Demais passivos

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos até a data do balanço. Quando requerido, os elementos do passivo decorrentes das operações de longo prazo são ajustados a valor presente, sendo os demais ajustados quando há efeito relevante.

p) Reconhecimento de receita

(i) Receita de serviço

As receitas provenientes de pedágios e receitas acessórias são reconhecidas pelo regime de competência, com base na utilização da rodovia pelos clientes e corresponde ao valor justo da contraprestação recebida pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, dos abatimentos e dos descontos.

(ii) Receita de construção ICPC 01 – R1

A receita proveniente dos contratos de prestação de serviços de construção é reconhecida de acordo com o CPC 17 – Contratos de Construção.

Os custos dos contratos são reconhecidos na demonstração do resultado, como custo dos serviços prestados, quando incorridos. Todos os custos diretamente atribuíveis aos contratos são considerados para mensuração da receita. A receita é reconhecida sobre os custos incorridos atribuíveis ao contrato de concessão.

Em conformidade com a ICPC 01-R1, quando a Concessionária presta serviços de construção e melhorias na infraestrutura, contabiliza receitas e custos relativos a estes serviços de acordo com o CPC 17 – Contratos de Construção. O estágio de conclusão é avaliado pela referência do levantamento dos trabalhos realizados.

Uma receita não é reconhecida se há incertezas significativas na sua realização.

Contabilização de contratos de concessão, de acordo com a ICPC 01, a Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente no que diz respeito à aplicação da interpretação de contratos de concessão, determinação e classificação dos gastos de melhoria e construção como ativo intangível e avaliação dos benefícios econômicos futuros para fins de determinação do momento de reconhecimento dos ativos intangíveis gerados nos contratos de concessão.

A Administração entende, baseado em cálculos suporte, que os custos de supervisão das obras, gerenciamento dos subcontratos e risco do negócio, são imateriais para fins de mensuração. Sendo a margem de construção apurada próxima a zero.

Receita de construção		Custo de construção		Margem de lucro	
2018	2017	2018	2017	2018	2017
95.682	127.747	(95.682)	(127.747)	-	-

(iii) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros. A Companhia somente apresenta receita de caráter financeiro, referente, basicamente, o rendimento de aplicação financeira.

q) Benefícios a empregados

Obrigações de aposentadoria

A Companhia mantém convênio de adesão com a Odeprev Odebrecht Previdência (ODEPREV), entidade fechada de previdência privada, instituída pela controladora indireta Odebrecht S.A. (ODB), constituindo-se em uma de suas patrocinadoras conveniadas. A ODEPREV proporciona aos seus participantes um plano de contribuição definida, onde é aberto um fundo individual de poupança para aposentadoria, no qual são acumuladas e administradas as contribuições mensais e as esporádicas dos participantes e as contribuições mensais e anuais das patrocinadoras.

No que se refere ao pagamento dos benefícios estabelecidos para o referido plano, as obrigações da ODEPREV estão limitadas ao valor total das quotas dos participantes e, em cumprimento ao regulamento do plano de contribuição definida, não poderá exigir nenhuma obrigação nem responsabilidade por parte das companhias patrocinadoras para garantir níveis mínimos de benefício aos participantes que venham a se aposentar.

Por se tratar de um plano de contribuição definida cujo risco de recebimento dos benefícios é de total responsabilidade dos participantes, a Administração avaliou como não aplicável ao plano ODEPREV o tratamento como plano de benefício definido, conforme CPC 33 – Benefícios a empregados.

r) Participação nos lucros

A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação de empregados no resultado, além de uma provisão quando estiver contratualmente obrigada ou houver uma prática anterior que tenha gerado obrigação não formalizada.

A participação no resultado tem como base os resultados alcançados pela Companhia e avaliação do desempenho individual do integrante, em relação à sua contribuição para a formação deste resultado, tanto na parte quantitativa quanto na qualitativa.

s) Imposto de renda e contribuição social

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos correntes e diferidos. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que a renda estiver relacionada com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente; nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações contábeis. As alíquotas desses tributos, definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

Em 31 de dezembro de 2018, conforme Laudo Constitutivo nº 202/2018 e Ato Declaratório nº 327, a Companhia foi habilitada a operar de 1º de janeiro de 2018 a 31 de dezembro de 2027 no regime de redução de 75% do IRPJ, inclusive adicionais não restituíveis, calculados com base no lucro da exploração, por se tratar de implantação de empreendimento a área de atuação da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM).

t) Capitalização dos custos de empréstimos

Os custos de empréstimos são capitalizados durante a fase de construção.

u) Normas novas que ainda não estão em vigor

O International Accounting Standards Board (IASB) publicou ou alterou os seguintes pronunciamentos:

IFRS 9/CPC 48 – Instrumentos Financeiros

(i) Classificação e mensuração

O IFRS 9/CPC 48 estabelece requerimentos para reconhecer e mensurar ativos financeiros, passivos financeiros e alguns contratos de compra ou venda de itens não financeiros. Esta norma substitui o CPC 38/IAS 39 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração e contém três principais categorias de classificação para ativos financeiros: mensurados ao custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) e valor justo por meio do resultado (VJR).

De modo geral, a classificação de ativos financeiros deve ser baseada no modelo de negócios no qual um ativo financeiro é gerenciado e em suas características de fluxos de caixa contratuais. O IFRS 9/CPC 48 elimina as categorias antigas do CPC 38/ IAS 39 de títulos mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. De acordo com o IFRS 9/CPC 48, os derivativos embutidos em que o contrato principal é um ativo financeiro no escopo da norma nunca são separados. Em vez disso, o instrumento financeiro híbrido é avaliado para classificação como um todo.

A partir de janeiro de 2018, conforme apresentado a seguir, os efeitos da aplicação do IFRS 9/CPC 48 residem na alteração das categorias de mensuração para cada classe de ativos financeiros, não tendo efeito significativo na classificação dos passivos financeiros, e ainda, no exercício de 2018, a Companhia não possuía instrumentos financeiros derivativos:

	Classificação anterior CPC 38 (IAS 39)	Classificação atual CPC 48 (IFRS 9)
Ativos financeiros		
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Aplicações financeiras	Ativos ao valor justo por meio de resultado	Ativos ao valor justo por meio de resultado
Contas a receber	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Partes relacionadas	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Outros ativos	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Não circulante		
Realizável a longo prazo		
Outros ativos	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Passivos financeiros		
Circulante		
Fornecedores	Outros passivos	Outros passivos
Empréstimos e financiamentos	Outros passivos	Outros passivos
Partes relacionadas	Outros passivos	Outros passivos
Outros passivos	Outros passivos	Outros passivos
Não circulante		
Fornecedores	Outros passivos	Outros passivos
Outros passivos	Outros passivos	Outros passivos

(ii) *Impairment de ativos financeiros*

O IFRS 9/CPC 48 substitui o modelo de “perdas incorridas” do CPC 38/ IAS 39 por um modelo de “perdas de crédito esperadas”. O novo modelo de redução ao valor recuperável aplica-se aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, ativos de contratos e instrumentos de dívida mensurados ao VJORA, mas não a investimentos em instrumentos patrimoniais.

A partir de janeiro de 2018, a Companhia aplicou os requisitos de redução ao valor recuperável do IFRS 9/CPC 48 e não houve a necessidade de constituição da perda esperada de crédito nem de qualquer provisão adicional para redução ao valor recuperável em 31 de dezembro de 2018, já que não há evidência de perda de crédito com base no histórico da Companhia.

IFRS 15/CPC 47 – Receita de contrato com cliente

O IFRS 15/CPC 47 substituiu as atuais normas para o reconhecimento de receitas, o CPC 30 (R1)/ IAS 18 (IASB – BV 2012) – Receitas e o CPC 17 (R1)/ IAS 11 – Contratos de Construção e interpretações e orientações técnicas relacionadas.

O IFRS 15/CPC 47 estabeleceu um modelo de cinco etapas para avaliação, determinação e reconhecimento de receitas decorrentes de contratos com clientes, considerando que a receita somente será reconhecida quando o cliente obtiver o controle dos bens ou serviços, podendo ser em um momento específico no tempo ou ao longo do tempo, consoante cada contrato e obrigação de desempenho com cliente, e por um valor que reflita a contrapartida a que uma entidade espera ter direito em troca de transferência de bens ou serviços para um cliente.

A Companhia adotou o IFRS 15/CPC 47 usando o método de efeito cumulativo, com aplicação inicial da norma em 1º de janeiro de 2018. Como resultado, não teve impacto significativo na prática contábil atual de avaliação, apuração e reconhecimento das receitas (CPC 30 (R1)/ IAS 18 e CPC 17 (R1)/ IAS 11), relacionadas com os serviços aos usuários e os serviços de construção e melhoria da infraestrutura do contrato de concessão de rodovia, sendo esta última reconhecida historicamente com base na ICPC 01 (R1)/ IFRIC 12 e OCPC 05 – Contratos Concessão. Também não houve alterações nas receitas acessórias de cessão de espaços na rodovia e de outros contratos.

IFRS 16/CPC 06 (R2) – Operações de arrendamento mercantil:

O IFRS 16/CPC 06 (R2) estabeleceu um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais.

A IFRS 16 substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06/IAS 17 Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03/IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27 Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil.

A Companhia adotará o IFRS16/CPC 06(R2) – Arrendamentos a partir de 1º de janeiro de 2019, e já avaliou e estimou os principais efeitos da sua aplicação inicial para as suas demonstrações contábeis em 1º de janeiro de 2019, que podem ser assim apresentados:

	01/01/2019		01/01/2019
Ativo circulante		Passivo circulante	
		Arrendamentos operacionais	4.621
Ativo não circulante		Passivo não circulante	
Imposto de renda e contribuição social diferidos	80	Arrendamentos operacionais	8.768
Direito de uso	12.888	Patrimônio líquido	
Ativo intangível	266	Prejuízos acumulados	(155)
Total do ativo	13.234	Total do passivo e patrimônio líquido	13.234

A estimativa dos efeitos antes apresentada foi apurada considerando as isenções dos arrendamentos de curto prazo e de ativo de baixo valor e a abordagem simplificada de reconhecimento dos efeitos cumulativos em prejuízos acumulados, estabelecidas nos Itens 6 a 8, C10(c)(i), C5(b), C6 e C7 do CPC 06 (R2)/ IFRS 16, determinando o ativo de direito de uso e o passivo de arrendamento correspondente, contidos nos contratos de arrendamentos operacionais elegíveis pela Companhia para aplicação da referida norma contábil (terrenos, veículos e outros), na qualidade de arrendatária, já que ela não possui contratos de arrendamento como arrendadora nem contratos de arrendamento financeiro como arrendatária.

Para os valores dos arrendamentos de curto prazo e de ativo de baixo valor será mantida a prática contábil de apuração e reconhecimento como despesa em base linear ao longo do prazo do arrendamento (CPC 06/ IAS 17).

Na elaboração das demonstrações contábeis do próximo exercício, serão efetuadas todas as divulgações exigidas pelo IFRS16/CPC 06 (R2).

2.3. Lucro (prejuízo) por ação

A Companhia efetua os cálculos do lucro (prejuízo) por lote de mil ações utilizando o número médio ponderado de ações totais em circulação, durante o exercício correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41 (IAS 33).

2.4. Reapresentação de saldos de períodos anteriores modificados

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, a Administração da Companhia identificou que a classificação dos saldos relativos às rubricas de mútuos – partes relacionadas foi realizada de forma inadequada quanto à apresentação dos saldos entre o passivo circulante e o passivo não circulante.

Desta forma, os valores correspondentes relativos às informações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2017, apresentados para fins de comparação, foram reclassificados e estão sendo reapresentados como previsto pelos Pronunciamentos Técnicos nºs CPC 23 – Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro (aprovada pela NBC TG 23 (R-1), emitida pelo Conselho Federal de Contabilidade) e CPC 26 (R1) – Apresentação das demonstrações contábeis (aprovada pela NBC TG 26 (R-3), emitida pelo Conselho Federal de Contabilidade), conforme requerido pelas práticas contábeis adotadas no Brasil em atendimento às práticas contábeis, conforme demonstrado a seguir:

Em milhares de reais	Impactos		
	Anteriormente apresentado	Reclassificações	Reapresentado
Mútuos-partes relacionadas	337.298	337.298	-
Total passivo circulante	337.298	337.298	-
Mútuos-partes relacionadas	-	337.298	337.298
Total passivo não circulante	-	337.298	337.298

3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

As demonstrações contábeis da Companhia são revistas de maneira contínua, e para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 incluem, portanto, estimativas que possuem risco significativo de resultar em ajuste material dentro do próximo exercício, principalmente quanto à determinação de taxas de desconto a valor presente utilizadas na mensuração de certos ativos e passivo de curto e longo prazos, determinação das taxas de amortização de ativos intangíveis para o reconhecimento e realização de imposto de renda e contribuição social diferidos e outras similares que, não obstante refletirem a melhor precisão possível, podem apresentar variações em relação aos resultados reais.

Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

a) Perda (*impairment*) estimada de ativos financeiros e não financeiros

A Companhia verifica se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de *impairment* são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um “evento de perda”) e aquele evento de perda que tenha impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável. Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, não foram identificadas pela Administração evidências objetivas que pudessem justificar o registro de perdas de *impairment* tanto para os ativos financeiros, quanto para os não financeiros.

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no fim de cada período e quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo será ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

c) Reconhecimento de receita de construção

Na apuração do valor justo da receita de infraestrutura a Companhia utilizou o custo total incorrido como base, conforme Interpretação Técnica ICPC 01, desta forma, a receita de construção é equivalente ao custo de construção pelo fato da Companhia ter adotado margem próxima de zero.

d) Determinação da amortização dos ativos intangíveis

A Companhia reconhece o efeito de amortização dos ativos intangíveis decorrentes dos contratos de concessão através da projeção de curva de demanda, limitado ao prazo final da respectiva concessão. A Administração reconhece que essa é a melhor estimativa para refletir o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo, sendo essa estimativa também utilizada pelas principais companhias do segmento. Assim, a taxa de amortização é determinada através de estudos econômicos que buscam refletir o crescimento projetado de tráfego das rodovias e geração dos benefícios econômicos futuros oriundos do contrato de concessão.

3.1. Estimativa do valor justo

Pressupõe-se que os saldos das contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (*impairment*), quando aplicável, estejam próximos de seus valores justos. O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para instrumentos financeiros similares.

4. Gestão de risco financeiro

a) Considerações gerais

A Companhia participa em operações envolvendo instrumentos financeiros, incluindo caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber, contas a pagar aos fornecedores e empréstimos e financiamentos, com o objetivo de administrar a disponibilidade financeira de suas operações.

b) Gerenciamentos de riscos

A Companhia está exposta a riscos de liquidez, em virtude da possibilidade de não ter caixa suficiente para atender suas necessidades operacionais, a riscos de mercado, decorrentes de variações de taxas de juros e ao risco de crédito, decorrente da possibilidade de inadimplemento de sua contraparte em aplicações financeiras e contas a receber.

A Companhia adota procedimentos de gestão de riscos de liquidez, de mercado e de crédito, através de mecanismos do mercado financeiro que buscam minimizar a exposição dos ativos e passivos da Companhia, protegendo a rentabilidade dos contratos e o patrimônio.

c) Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada pela Companhia, sendo sua projeção monitorada continuamente, a fim de garantir e assegurar as exigências de liquidez, os limites ou cláusulas dos contratos de empréstimo e caixa suficiente para atendimento às necessidades operacionais do negócio.

O excesso de caixa gerado pela Companhia é investido em contas correntes com incidência de juros, depósitos a prazo e depósitos de curto prazo, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem, conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros não derivativos da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente entre a data do balanço patrimonial e a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados:

	Menos de um ano	Entre um e dois anos
Em 31 de dezembro de 2018		
Fornecedores	15.048	2.772
Fornecedores - partes relacionadas	79.523	-
Mútuos - partes relacionadas	-	364.593
Empréstimos e financiamentos	982.092	-
Em 31 de dezembro de 2017		
Fornecedores	30.811	2.514
Fornecedores - partes relacionadas	49.460	-
Mútuos - partes relacionadas	-	337.298
Empréstimos e financiamentos	983.442	-

- (i) Como os valores incluídos na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratuais, esses valores não serão conciliados com os valores divulgados no balanço patrimonial para empréstimos, fornecedores, mútuo com partes relacionadas e outras obrigações;
- (ii) As faixas de vencimento apresentadas não são determinadas pela norma, e sim baseadas em uma opção da Administração;
- (iii) A análise dos vencimentos aplica-se somente aos instrumentos financeiros e, portanto, não estão incluídas as obrigações decorrentes de legislação.

d) Exposição a riscos de taxas de juros e índice de inflação

A Companhia está exposta ao risco de variação de taxas de juros, e ao índice de inflação, o que pode causar um aumento em sua despesa financeira com o provisionamento de juros futuros.

Com a renovação do empréstimo ponte do BNDES, detalhado na Nota nº 15, houve a alteração da metodologia de cálculo de juros sobre o principal, utilizando a Taxa de Longo Prazo ("TLP") em substituição à Taxa de Juros de Longo Prazo ("TJLP").

Na nova metodologia, a TLP é composta de uma parcela de juros reais fixa ao longo da vida do contrato, e de uma parcela variável indexada à inflação (IPCA).

Não houve alteração para o empréstimo da CEF, sendo utilizado a TJLP.

Análise de sensibilidade

Os instrumentos financeiros podem sofrer variações de valor justo em decorrência da flutuação da taxa de juros Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) e do índice de inflação Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), principais exposições de risco de mercado da Companhia.

As avaliações de sensibilidade dos instrumentos financeiros à esta variável são apresentadas a seguir:

(i) Seleção dos riscos

A Companhia selecionou os riscos de mercado que mais podem afetar os valores dos instrumentos financeiros por ela detidos como sendo a taxa de juros TJLP e o índice de inflação IPCA.

(ii) Seleção dos cenários

Em atendimento à Instrução CVM nº 475/08, a Companhia apresenta na análise de sensibilidade três cenários, sendo um provável e dois que possam representar efeitos adversos para a Companhia.

Como cenário provável (cenário I) na taxa de juros TJLP e no índice de inflação IPCA, foram consideradas as projeções apresentadas a seguir:

Indicador	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
TJLP (*)	6,6%	6,5%	6,5%	6,5%	5,5%	5,4%	5,3%
IPCA (*)	2,7%	4,0%	3,8%	3,8%	3,8%	3,8%	3,8%

(*) Fonte: Projeção Banco Santander – 17/01/2019.

Para os dois cenários adversos na taxa de juros TJLP e, no índice de inflação IPCA foram consideradas uma alta de 25% sobre as projeções apresentadas acima como cenário adverso possível (cenário II) e de 50% como cenário adverso extremo (cenário III).

As taxas consideradas foram:

Indicador	Cenário I Provável	Cenário II Adverso Possível	Cenário III Adverso Extremo
TJLP (*)	6,0%	7,6%	9,1%
IPCA (*)	3,6%	4,5%	5,4%

(*) Refere-se à média aritmética da projeção de 2019 a 2025 das taxas apresentadas acima.

(iii) Análise de sensibilidade de variações na taxa de juros – TJLP

A sensibilidade de cada instrumento financeiro, considerando a exposição à variação da taxa de juros TJLP, é apresentada na tabela a seguir:

Instrumento	Vencimento	Risco	Juros a incorrer		
			Cenário I Provável	Cenário II Adverso Possível	Cenário III Adverso Extremo
Empréstimo Ponte CEF	mai/19	Alta TJLP	32.682.275	32.707.413	32.732.310

(iv) Análise de sensibilidade de variações no índice de inflação – IPCA

A sensibilidade de cada instrumento financeiro, considerando a exposição à variação do índice de inflação IPCA, é apresentada na tabela a seguir:

Instrumento	Vencimento	Risco	Juros a incorrer		
			Cenário I Provável	Cenário II Adverso Possível	Cenário III Adverso Extremo
Empréstimo Ponte BNDES	mai/19	Alta IPCA	59.976.147	66.133.591	72.291.035

A Administração desses instrumentos financeiros é efetuada por meio de estratégia operacional, visando liquidez, rentabilidade e segurança. O procedimento interno consiste em acompanhamento permanente da taxa contratada versus as taxas de mercado vigentes.

As operações desses instrumentos são realizadas pela área de estruturação financeira e tesouraria da Companhia, por meio de avaliação e estratégia de operações previamente aprovadas pela diretoria.

As análises de sensibilidade acima têm por objetivo ilustrar a sensibilidade às mudanças em variáveis de mercado nos instrumentos financeiros da Companhia. As análises de sensibilidade são estabelecidas com base em premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. No entanto, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação das análises e às mudanças inerentes de mercado.

A Companhia não operou com instrumentos financeiros derivativos ou demais instrumentos financeiros atrelados durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

e) Exposição a riscos de crédito

As operações que sujeitam a Companhia à concentração de risco de crédito residem nas contas correntes bancárias e aplicações financeiras, onde a Companhia fica exposta ao risco da instituição financeira envolvida, visando gerenciar este risco, a Companhia mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras com instituições consideradas pela Administração como de primeira linha.

4.1. Gestão de capital

A Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos e financiamentos (incluindo empréstimos e financiamentos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e conta "Reserva". O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

Os índices de endividamento em 31 de dezembro de 2018 e 2017 podem ser assim sumarizados:

	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
Total dos empréstimos e debêntures (Nota 15)	982.092	983.442
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 7)	(10.408)	(10.667)
Aplicações Financeiras (Nota 8)	(25.224)	(28.532)
Dívida líquida	946.460	944.243
Total do patrimônio líquido	318.191	338.918
Total do capital próprio e de terceiros	1.264.651	1.283.161
Índice de alavancagem financeira - %	75%	74%

4.2. Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

As estimativas e os julgamentos contábeis aplicados na elaboração destas demonstrações contábeis correspondem às estimativas e aos julgamentos contábeis aplicados na elaboração das demonstrações contábeis anuais para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

4.3. Estimativa do valor justo

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (*impairment*), quando aplicável, estejam próximos de seus valores justos. O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para instrumentos financeiros similares.

5. Instrumentos financeiros por categoria

	Ativos ao valor justo por meio do resultado		Custo amortizado	
	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
Ativos, conforme o balanço patrimonial				
Caixa e equivalentes de caixa	-	-	10.408	10.667
Aplicações financeiras	25.224	28.532	-	-
Contas a receber	-	-	21.586	18.615
Contas a receber - partes relacionadas	-	-	-	641
	25.224	28.532	31.994	29.923
			Outros passivos financeiros	
	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
Passivos, conforme o balanço patrimonial				
Empréstimos e financiamentos			982.092	983.442
Fornecedores			15.048	30.811
Fornecedores - partes relacionadas			79.523	54.558
Mútuos - partes relacionadas			364.593	337.298
Outros passivos			4.672	5.602
			1.445.928	1.411.711

6. Qualidade do crédito dos ativos financeiros

A Companhia mantém seus ativos financeiros em instituições financeiras de primeira linha. A qualidade do crédito dos ativos financeiros que não estão vencidos ou *impaired* pode ser avaliada mediante referência às classificações externas de crédito (se houver) ou às informações históricas sobre os índices de inadimplência de contrapartes:

	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
Contas a receber		
Contra partes sem classificação externa de crédito		
Pedágios	16.937	17.997
Receitas acessórias	4.649	618
Total de contas a receber	21.586	18.615
Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras		
Contra partes com classificação externa de crédito		
Instituição financeira	25.224	28.532
Total de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras	25.224	28.532
Contra partes sem classificação externa de crédito		
Caixa geral	8	21
Bancos conta movimento	9.345	9.112
Numerários em trânsito	442	828
Fundo de troco	613	706
	10.408	10.667
	35.632	39.199

7. Caixa e equivalentes de caixa

	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
Caixa geral	8	21
Numerários em trânsito	442	828
Fundo de troco	613	706
Bancos conta movimento	9.345	9.112
	10.408	10.667

8. Aplicações financeiras

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia apresenta aplicações financeiras, no montante de R\$ 25.224 (31 de dezembro de 2017 – R\$ 28.532). A Companhia mantém aplicações financeiras de curto prazo de alta liquidez, prontamente conversíveis em caixa, remunerados a taxas que variam entre 100% a 102% do Certificado de Depósitos Interbancários (CDIs). Os recursos aplicados serão utilizados na melhoria da infraestrutura da rodovia.

9. Contas a receber

	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
<i>Automatic Vehicle Identification ("AVI")</i>	11.953	13.046
Vale pedágio	4.984	4.951
Receitas acessórias	4.649	618
	21.586	18.615

As contas a receber são representadas, substancialmente, por recebíveis de pedágio eletrônico e vale pedágio.

Em 31 de dezembro de 2018, a Administração, com base em sua avaliação do risco de crédito, entende que não se faz necessária a constituição de provisão para perdas de crédito esperadas das contas a receber.

10. Despesas antecipadas

	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
Seguros a apropriar	6.933	5.132
Despesas com financiamentos e outras	731	2.580
	7.664	7.712
Ativo circulante	6.735	4.763
Ativo não circulante	929	2.949

11. Partes relacionadas

	Saldos			Transações		
	Ativo	Passivo		Resultado		
	Contas a Receber	Fornecedores	Mútuo	Serviços prestados	Benefícios com pessoal	Despesas financeiras
Construtora Norberto Odebrecht S.A. ("CNO") (i)	-	-	-	736	-	-
Odebrecht Engenharia e Construção Internacional S.A. ("OECI") (ii)	-	64.836	-	-	-	25.043
Odebrecht Rodovias S.A. (iii)	-	-	314.775	2.579	-	23.565
Odebrecht Rodovias S.A. (iv)	-	9.800	-	-	-	-
Odebrecht Serviços e Participações S.A. (v)	-	4.827	-	-	-	-
Odebrecht Transport S.A. (vi)	-	-	49.818	-	-	3.730
Odebrecht Previdência ("Odeprev") (vii)	-	60	-	-	313	-
Em 30 de dezembro de 2018	-	79.523	364.593	3.315	313	52.338
Em 31 de dezembro de 2017	641	54.558	337.298	33.495	105	37.711

a) Composição

Em 31 de dezembro de 2018, os saldos de ativos e passivos, bem como as transações que influenciaram o resultado relativo a operações com partes relacionadas, estão apresentados a seguir:

- (i) Refere-se a rateio de despesas de serviços compartilhados (apoio financeiro e tecnologia da informação) prestados pela CNO.

Conforme mencionado na Nota nº 14, a Companhia possui junto à CNO adiantamentos no montante de R\$ 71.403, relacionados à execução das obras de recuperação e ampliação de capacidade do sistema rodoviário da rodovia BR-163/MT.

- (ii) Em 20 de dezembro de 2013, a Companhia celebrou um contrato de *Engineering, Procurement and Construction* (EPC), na modalidade empreitada integral, por preço global e prazo determinado (*turn-key lump sum*), com a Construtora Norberto Odebrecht Brasil S.A. ("CNO BR"), atual OECI, para execução das obras de recuperação e ampliação de capacidade do sistema rodoviário da rodovia BR-163/MT, com prazo para a conclusão de 60 meses contados a partir da data de assunção da rodovia pela Companhia. O preço global do contrato deverá ser reajustado anualmente, este reajuste de preços unitários do contrato de construção é calculado a partir de uma combinação de índices: mão de obra, produtos siderúrgicos, óleo diesel, Índice Nacional de Custo da Construção ("INCC"), Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo ("IPCA"), índice de obras rodoviárias - pavimentação, terraplenagem e ligantes betuminosos.

A contratação da OECI para execução dos serviços de obras de ampliação e melhorias da rodovia BR-163/MT obedeceu aos mesmos critérios estabelecidos para os demais fornecedores, inclusive nos quesitos valor de mercado e especificações técnicas e foram devidamente autorizadas pelo Conselho de Administração.

Este contrato possui como garantia um Seguro Garantia no valor de R\$ 116.926 para o cumprimento das obrigações do tomador vinculadas ao contrato de engenharia, fornecimento e construção das obras de recuperação e ampliação do sistema rodoviário composto por trechos da rodovia BR-163/MT.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, a Companhia reconheceu o montante de R\$ 25.043 de juros sobre atraso de pagamentos das faturas do contrato EPC, junto a OECI conforme estabelecido em contrato.

(iii)

Data do contrato	Nota	Taxa de remuneração	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
30/12/2015	(a)	125% do CDI	211.585	195.744
23/02/2016	(b)	125% do CDI	27.094	25.066
14/03/2016	(b)	125% do CDI	21.195	19.609
28/03/2016	(b)	125% do CDI	28.094	25.990
08/07/2016	(c)	125% do CDI	26.807	24.801
			314.775	291.210

- a) Em 30 de dezembro de 2015, a Companhia assinou contrato de mútuo com a ODBVias;
- b) Em 23 de fevereiro de 2016, 14 de março de 2016 e 28 de março de 2016 a Companhia firmou contratos de mútuos com sua controladora indireta OTP. Em 07 de julho de 2016, a OTP assinou contratos de cessão de créditos com sua controlada direta ODBVias, nos quais cede os direitos creditórios dos contratos de mútuos que detinha com a Companhia. Portanto, a partir desta data, a Companhia torna-se devedora dos valores dos contratos de mútuos citados anteriormente à sua acionista ODBVias;
- c) Em 08 de julho de 2016, a Companhia assinou contrato de mútuo com a ODBVias.

Os mútuos estão subordinados a quitação do contrato de empréstimo ponte com o BNDES. Os mútuos poderão ser liquidados antecipadamente, caso o empréstimo seja quitado com o BNDES primeiro.

O vencimento dos mútuos é indeterminado, conforme último aditivo.

Os recursos captados através destas operações de mútuos deverão ser exclusivamente utilizados pela Companhia para investimentos na rodovia.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, a Companhia reconheceu o montante de R\$ 23.565 de juros sobre os contratos de mútuo com a ODBVias.

- (iv) Em 08 de outubro de 2015, a Companhia celebrou Contrato de Gerenciamento de Engenharia e Construção com a ODBVias, que tem por objeto gerenciar as obras e os projetos executados por terceiros contratados pela Companhia. Este contrato prevê duas naturezas distintas de remuneração, quais sejam, “remuneração fixa” e “remuneração variável”. A remuneração fixa será paga mensalmente pela Companhia, de acordo com as medições do cronograma físico-financeiro do contrato e a remuneração variável é referente a um mérito por eficiência de engenharia e/ou melhorias técnico-comerciais. Os custos serão reajustados com base no IPCA. Não há garantias previstas neste contrato. Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia e ODBVias assinaram o Termo de Distrato e Encerramento contratual, o qual formaliza o encerramento contratual, tendo em vista a conclusão das obras.

Em 1º de setembro de 2016, a Companhia assinou um acordo de rateio de despesas com a ODBVias para rateio de despesas administrativas e financeiras. O acordo visa evitar o dispêndio excessivo de recursos por parte das empresas envolvidas, considerando que a ODBVias já dispõe de uma estrutura para atuar em negócios e operações em geral, com pessoal especializado e com prestadores de serviços terceirizados, que podem ser compartilhados com as demais empresas envolvidas no acordo.

Em 17 de outubro de 2016, a Companhia assinou contrato de elaboração de projetos de engenharia com a ODBVias, que tem como objeto prestação de serviços de engenharia para elaboração e desenvolvimento de anteprojetos, projetos executivos para as obras de fluidez da rodovia dos Imigrantes – BR-070 e para o Trecho de 108 km entre Cuiabá/MT e Rosário Oeste/MT. Este contrato prevê duas naturezas distintas de remuneração, quais sejam, “remuneração fixa” e “remuneração variável”. A remuneração fixa será paga mensalmente pela Companhia, de acordo com as medições do cronograma físico-financeiro do contrato e a remuneração variável é referente a um bônus de desempenho, caso o projeto executivo final resulte em redução de valores totais de implantação das obras. Os custos serão reajustados com base no IPCA. Não há garantias previstas neste contrato.

Em 17 de outubro de 2016, a Companhia celebrou contrato de gerenciamento, acompanhamento, qualificação e consultoria de engenharia e construção com a ODBVias, que tem por objeto gerenciar as obras, os projetos e execução dos serviços de conserva especial e de rotina executados por terceiros contratados pela Companhia e executar orçamentos de obras e custos indiretos, prestação de serviços de consultoria técnica especializada de engenharia e meio ambiente e elaboração de estudos de viabilidade dos investimentos relativos as obras. Este contrato prevê três naturezas distintas de remuneração, quais sejam, “remuneração fixa”, “remuneração variável” e “remuneração mediante aprovação de orçamento”. A remuneração fixa corresponde ao percentual de 5,29% aplicado sobre os serviços gerenciados discriminados nas ordens de serviço emitida pela ODBVias, será paga mensalmente pela Companhia, de acordo com as medições elaboradas de acordo com as respectivas ordens de serviço. Remuneração variável é referente a um mérito por eficiência de engenharia e/ou melhorias técnico-comerciais.

A remuneração mediante aprovação de orçamento consiste em serviços técnicos especializados prestados pelo corpo técnico de profissionais especialistas em projetos, soluções de engenharia e orçamentos de obras da ODBVias. Não há garantias previstas neste contrato.

- (v) Em 17 de julho de 2015, a Companhia celebrou contrato com a Odebrecht Serviços e Participações S.A., referente a locação de máquinas e equipamentos utilizados na construção da rodovia BR-163 MT, com prazo de 12 meses, podendo variar para mais ou para menos de acordo com as locações efetivamente concretizadas dos equipamentos. Decorridos 12 meses do início do contrato, as partes deverão proceder reajuste dos preços unitários das locações, tendo como base o índice INCC-DI, série 3, acumulado no período. No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, foi registrado o montante de R\$ 4.827. Não há garantias previstas neste contrato.

(vi)

Data de liberação	Taxa de remuneração	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
24/06/2016	125% do CDI	49.818	46.088
		49.818	46.088

Em 24 de junho de 2016, a Companhia firmou contrato de mútuo com a OTP.

O mútuo está subordinado a quitação do contrato de empréstimo ponte com o BNDES. O mútuo poderá ser liquidado antecipadamente, caso o empréstimo seja quitado com o BNDES primeiro.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, a Companhia reconheceu o montante de R\$ 3.730 de juros sobre o contrato de mútuo.

- (vii) Odeprev refere-se a plano de previdência complementar da Companhia.

b) Honorários da diretoria

A remuneração paga aos administradores estatutários e do Conselho de Administração da Companhia, nos exercícios findo em 31 de dezembro de 2018 e 2017, totalizaram os montantes de R\$ 2.538 e R\$ 2.236, respectivamente:

	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
Salários	1.967	1.817
Encargos	399	349
Previdência complementar	97	50
Outros	75	20
	2.538	2.236

12. Imposto de renda e contribuição social diferidos

Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos

Os saldos de ativos e passivos diferidos apresentam-se como segue:

	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
Ativo (passivo) fiscal diferido		
Prejuízo fiscal	22.654	22.919
Resultado pré-operacional	9.794	15.978
Juros, IOF, custos de transação capitalizados e AVP	(40.490)	(41.013)
Provisão para Manutenção Especial - ICPC01	31.265	13.048
Outras diferenças temporárias	634	1.493
	23.857	12.425

A expectativa da Administração da Companhia quanto à realização total dos créditos fiscais constituídos sobre os prejuízos fiscais acumulados, a ser amortizado para fins tributários, está prevista para ocorrer da seguinte forma:

	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
2019	4.124	11.356
2020	772	11.563
2021	2.424	-
2022	10.952	-
2023 em diante	4.382	-
	22.654	22.919

Como base tributável do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido decorre não apenas no lucro que pode ser gerado, mas também da existência de receitas não tributáveis, despesas não dedutíveis, e outras variações, não existe uma correlação imediata entre o resultado da Companhia e o resultado de imposto de renda e contribuição social. Portanto, a expectativa da utilização destes créditos fiscais não deve ser tomada como único indicativo de resultados futuros da Companhia.

13. Imobilizado

a) Composição

	Taxas anuais médias de depreciação (%)	Custo	Depreciação acumulada	31 de dezembro de 2018 Líquido	31 de dezembro de 2017 Líquido
Equipamentos e instalações	10	575	(201)	374	371
Móveis e utensílios	5 a 10	577	(298)	279	346
Veículos	20	2.449	(311)	2.138	775
Computadores e periféricos	5	2.241	(1.395)	846	1.209
		5.842	(2.205)	3.637	2.701

b) Movimentação

	Equipamentos e instalações	Móveis e utensílios	Veículos	Computadores e periféricos	Total
Custo	524	577	1.857	2.161	5.119
Depreciação acumulada	(153)	(231)	(1.082)	(952)	(2.418)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	371	346	775	1.209	2.701
Adições	57	-	2.023	81	2.161
Baixas, líquidas de depreciação	(1)	-	(305)	-	(306)
Depreciação	(53)	(67)	(355)	(444)	(919)
Saldo contábil	374	279	2.138	846	3.637
Custo	575	577	2.449	2.241	5.842
Depreciação acumulada	(201)	(298)	(311)	(1.395)	(2.205)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	374	279	2.138	846	3.637
Taxas anuais de depreciação (%)	10	5 a 10	20	5	

A depreciação do imobilizado está alocada nas rubricas “Custo de serviços” e “Gerais e administrativos” na demonstração do resultado dos exercícios, conforme Notas nºs 22 e 23.

14. Intangível

Infraestrutura

	Recuperação	Operação	Melhoramentos	Intangível em formação	Software	Total
Custo	810.528	90.359	723.254	157.223	969	1.782.333
Amortização acumulada	(32.474)	(8.256)	(18.598)	-	(228)	(59.556)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	778.054	82.103	704.656	157.223	741	1.722.777
Adições	9.021	5.306	797	80.884	6	96.014
Baixas, líquidas de amortização	-	(1.232)	-	-	-	(1.232)
Transferência	74.061	10.805	24.307	(109.173)	-	-
Amortização	(15.013)	(3.429)	(15.910)	-	(194)	(34.546)
Saldo contábil	846.123	93.553	713.850	128.934	553	1.783.013
Custo	893.609	104.181	748.357	128.934	975	1.876.056
Amortização	(47.486)	(10.628)	(34.507)	-	(422)	(93.043)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	846.123	93.553	713.850	128.934	553	1.783.013
Taxas anuais de amortização (%) (*)					20	

(*) Os demais intangíveis foram amortizados de acordo com o prazo do contrato de concessão (30 anos).

A amortização do intangível está alocada nas rubricas “Custo de serviços” e “gerais e administrativos” na demonstração do resultado dos exercícios, conforme Notas Explicativas nºs 22 e 23.

(i) Intangível – Infraestrutura

Refere-se aos custos dos investimentos na infraestrutura da concessão, que ao final do contrato serão reversíveis ao poder concedente.

A amortização, dos itens de recuperação, operação, melhoramentos e intangível em formação, é calculada com base na projeção da curva de demanda, considerando variáveis econômicas e potencial aumento no volume de tráfego, durante o período da concessão. Esta projeção é reconhecida no resultado e o acompanhamento entre o previsto e realizado é feito anualmente.

As adições do exercício findo em 31 de dezembro de 2018, refere-se à ampliação de capacidade e melhorias no sistema rodoviário da BR-163/MT, conforme orientação contida na Interpretação ICPC 01-R1 – Contrato de concessão.

O contrato de concessão representa um direito de cobrar aos usuários da rodovia, através de tarifação, durante todo o período concedido (30 anos).

- **Recuperação**

A descrição da rubrica “Recuperação” consiste na recuperação da pista existente, na implantação de acessos, viadutos e pontes, na conservação dos canteiros, faixa de domínio e drenagens, além da construção das bases de atendimento aos usuários (SAU) e praças de pedágio.

- **Operação**

A descrição da rubrica “Operação” consiste basicamente na administração da concessionária, na implantação dos sistemas de controle de tráfego, arrecadação de pedágio, atendimento ao usuário, sistema de telefonia e radiocomunicação e na aquisição de móveis e utensílios das bases SAU e das praças de pedágio.

- **Melhoramentos**

A descrição na rubrica “Melhoramentos” consiste basicamente na duplicação da pista simples, da sinalização do sistema rodoviário, dos juros e encargos sobre infraestrutura e da construção dos retornos de nível.

- **Intangível em formação**

A descrição da rubrica “Intangível” em formação é referente aos itens classificados como recuperação, operação e melhoramentos que ainda estão em fase de construção.

Foram acrescidos aos ativos intangíveis, custos de empréstimos no montante de R\$ 8.470, no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 (31 de dezembro de 2017 – R\$ 17.649).

A Companhia possui junto à CNO adiantamentos no montante de R\$ 71.403, relacionados à execução das obras de recuperação e ampliação de capacidade do sistema rodoviário da rodovia BR-163/MT.

Após o início das operações de arrecadação de pedágio, o critério de amortização destes itens foram alterados para a curva de tráfego, exceto pelo grupo de softwares, que é amortizado pelo método linear e alocado ao resultado. Até o início da arrecadação, os demais itens do ativo intangível foram amortizados linearmente de acordo com o prazo da concessão.

15. Empréstimos e financiamentos

	Moeda	Encargos financeiros anuais	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
Empréstimo BNDES (b)	R\$	TLP + 2,9%	663.921	666.096
Empréstimo Caixa Econômica Federal (c)	R\$	TJLP + 3,5%	331.985	329.703
Custos de captação a amortizar (d)	R\$		(13.814)	(12.357)
			982.092	983.442

a) Movimentação

	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
Saldo no final do exercício	983.442	1.001.043
Juros provisionados	97.753	93.755
Juros pagos	(97.645)	(106.581)
Custo de transação	(47.491)	(49.338)
Amortização do custo de transação	46.033	44.563
Saldo final do exercício	982.092	983.442

b) BNDES

Em 11 de setembro de 2014, a Companhia e o BNDES assinaram o contrato de financiamento mediante abertura de crédito nº 14.2.066.1, no montante de R\$ 762.000, destinados aos investimentos iniciais para conservação, recuperação e ampliação da rodovia BR-163 MT, com vencimento inicial em 15 de fevereiro de 2016. Sobre o principal da dívida incidirão juros de 2,9% a.a., acima da TJLP.

O BNDES liberou o montante de R\$ 590.000 para a Companhia, sendo R\$ 240.000 em 24 de setembro de 2014, R\$ 200.000 em 26 de dezembro de 2014, e R\$ 150.000 em 22 de abril de 2015.

Em 02 de fevereiro de 2016, a Companhia assinou aditivo contratual prorrogando o prazo de carência, utilização e amortização do empréstimo junto ao BNDES, sendo: **(i)** prazo de carência e de utilização, de 15 de janeiro de 2016 até 15 de março de 2016; e **(ii)** data de vencimento da parcela única de amortização, de 15 de fevereiro de 2016 para 15 de abril de 2016.

Em 12 de abril de 2016, a Companhia assinou aditivo contratual prorrogando novamente o prazo de carência, utilização e amortização do empréstimo junto ao BNDES, sendo: **(i)** prazo de carência e de utilização, de 15 de março de 2016 para 15 de abril de 2016; e **(ii)** data de vencimento da parcela única de amortização, 15 de abril de 2016 para 08 de maio de 2016.

Em 06 de maio de 2016, a Companhia assinou aditivo contratual prorrogando novamente o prazo de amortização do empréstimo para 29 de julho de 2016, mediante assinatura de carta fiança da ODBVias e da OTP na qual prevê garantia do cumprimento das obrigações no âmbito do contrato de prestação de garantia.

Em 22 de julho de 2016, a Companhia celebrou aditivo contratual junto ao BNDES prorrogando novamente o prazo de vencimento do empréstimo para 29 de julho de 2016 para 14 de novembro de 2016. Em paralelo, em 26 de julho de 2016, celebrou aditivo do contrato de prestação de garantias junto aos bancos fiadores, em que foi prevista a constituição de uma conta “Reserva” com depósitos equivalentes aos juros devidos desde 15 de maio de 2016. Já a amortização de principal e juros do empréstimo junto ao BNDES seria realizada em parcela única.

Em 17 de novembro de 2016, a Companhia celebrou aditivo contratual junto ao BNDES prorrogando novamente o prazo de vencimento do empréstimo ponte de 14 de novembro de 2016 para 15 de fevereiro de 2017. Neste aditivo, a Companhia assumiu e cumpriu com a obrigação de amortizar, em novembro de 2016, parcela do saldo devedor equivalente aos juros incorridos desde 15 de maio de 2016, no montante de R\$ 31.664, que estavam depositados em conta “Reserva”, além de liquidar juros futuros em caráter mensal. A partir desta alteração nas obrigações da Companhia, deixou de ser necessária a continuidade da realização de depósitos na conta reserva constituída junto aos bancos fiadores.

Em 10 de fevereiro de 2017, a Companhia celebrou aditivo contratual junto ao BNDES prorrogando novamente o prazo de vencimento do empréstimo ponte de 15 de fevereiro de 2017 para 15 de maio de 2017.

Em 15 de maio de 2017, a Companhia celebrou aditivo contratual junto ao BNDES prorrogando novamente o prazo de vencimento do empréstimo ponte de 15 de maio de 2017 para 15 de agosto de 2017, que ocorre de acordo com o previsto em contrato firmado entre as partes. Mediante o cumprimento de exigências previstas no contrato em questão, a Companhia obteve a prorrogação automática do vencimento da dívida para 15 de novembro de 2017.

Em 15 de novembro de 2017, a Companhia celebrou aditivo contratual junto ao BNDES prorrogando novamente o prazo de vencimento do empréstimo ponte de 15 de novembro de 2017 para 15 de fevereiro de 2018, que ocorre de acordo com o previsto em contrato firmado entre as partes.

Em 15 de fevereiro de 2018, a Companhia celebrou aditivo contratual junto ao BNDES prorrogando novamente o prazo de vencimento do empréstimo ponte de 15 de fevereiro de 2018 para 15 de maio de 2018, que ocorre de acordo com o previsto em contrato firmado entre as partes.

Em 15 de maio de 2018, a Companhia celebrou aditivo contratual junto ao BNDES com as condições, para: **(i)** substituir no âmbito do Contrato de Financiamento Ponte BNDES, a partir de 15 de maio de 2018, a metodologia de cálculo dos juros remuneratórios incidentes sobre o principal, utilizando-se da Taxa de Longo Prazo (TLP) em substituição à Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP); **(ii)** prorrogar a data de vencimento da parcela única de amortização do principal da dívida, de 15 de maio de 2018 para 15 de agosto de 2018; **(iii)** prorrogar automaticamente a data de vencimento da parcela única de amortização do principal da dívida, para 15 de novembro de 2018, desde que ocorra a apresentação da prorrogação das cartas de fiança ou renovação das Cartas de Fiança vigentes, com validade e vigência, no mínimo, até 15 de dezembro de 2018.

Em 15 de novembro de 2018, a Companhia celebrou aditivo contratual junto ao BNDES prorrogando novamente o prazo de vencimento do empréstimo ponte de 15 de novembro de 2018 para 15 de maio de 2019, que ocorre de acordo com o previsto em contrato firmado entre as partes.

O saldo atualizado dos contratos em 31 de dezembro de 2018 é de R\$ 651.448.

c) Caixa Econômica Federal

Em 20 de agosto de 2015, a Companhia e a CEF assinaram o contrato de financiamento nº 445.809-84, no montante total de R\$ 300.000, destinados aos investimentos iniciais para conservação, recuperação e ampliação da BR-163 MT. Sobre o principal da dívida incidirão juros de 3,5% a.a. acima da TJLP. O vencimento do principal e dos juros do financiamento está previsto para 20 de fevereiro de 2017.

Em 29 de setembro de 2015, a CEF efetuou liberação total do financiamento.

Em 26 de julho de 2016, a Companhia celebrou aditivo contratual de cessão fiduciária de direitos creditórios e outras avenças junto aos bancos fiadores e a CEF, que previu, entre outras alterações, a obrigatoriedade de a Companhia constituir uma Conta reserva com depósitos equivalentes aos juros devidos no âmbito do empréstimo ponte junto à CEF desde 01 de agosto de 2016.

Em 03 de março de 2017, a Companhia celebrou aditivo contratual junto a CEF prorrogando o prazo de vencimento do empréstimo de 20 de fevereiro de 2017 para 20 de maio de 2017 limitado ao prazo de vencimento do empréstimo ponte BNDES. Neste aditivo, a Companhia assumiu e cumpriu com a obrigação de amortizar, em março de 2017, parcela do saldo devedor equivalente aos juros incorridos desde agosto de 2016 no montante de R\$ 21.120, que estavam depositados em conta “Reserva”, além de liquidar juros futuros em caráter mensal. A liquidação desses juros futuros devidos mensalmente será efetuada a partir dos depósitos na conta “Reserva” constituída junto à CEF.

Em 14 de junho de 2017, a Companhia celebrou aditivo contratual junto a CEF prorrogando o prazo de vencimento do empréstimo de 20 de maio de 2017 para 20 de novembro de 2017, limitado ao prazo de vencimento do empréstimo ponte do BNDES.

Em 20 de novembro de 2017, a Companhia celebrou aditivo contratual junto a CEF prorrogando o prazo de vencimento do empréstimo de 20 de novembro 2017 para 20 de maio de 2018, limitado ao prazo de vencimento do empréstimo ponte do BNDES.

Em 14 de junho de 2018, a Companhia celebrou aditivo contratual junto à CEF, prorrogando o prazo de vencimento do empréstimo de 20 de maio de 2018 para 20 de novembro de 2018, limitado ao prazo de vencimento do empréstimo ponte do BNDES.

Em 21 de dezembro de 2018, a Companhia celebrou aditivo contratual junto à CEF, prorrogando o prazo de vencimento do empréstimo de 20 de novembro de 2018 para 20 de maio de 2019, limitado ao prazo de vencimento do empréstimo ponte do BNDES.

O saldo atualizado do contrato em 31 de dezembro de 2018 é de R\$ 330.644.

d) Custos de captação

Os custos incorridos na captação estão sendo apropriados ao resultado em função da fluência do prazo, com base no método do custo amortizado, que considera a Taxa Interna de Retorno ("TIR") da operação para a apropriação dos encargos financeiros durante a vigência das operações. A movimentação desses gastos é a seguinte:

			31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
	CEF	BNDES	Total	Total
Saldo no início do exercício	888	11.469	12.357	7.582
Custos incorridos	2.631	44.859	47.490	49.338
(-) Amortizações	(2.178)	(43.855)	(46.033)	(44.563)
Saldo no final do exercício	1.341	12.473	13.814	12.357

e) Garantias

O contrato de financiamento com o BNDES detém como garantia fidejussória fianças bancárias prestadas por instituições financeiras ("fiadores"). Em favor dos fiadores foram oferecidas em garantia a alienação fiduciária das ações do projeto e a cessão fiduciária dos direitos creditórios.

Em 06 de maio de 2016 a ODBVias e a OTP assinaram carta de fiança corporativa em favor dos fiadores perante o contrato de prestação de garantias. Esta fiança garante aos fiadores o cumprimento de todas as obrigações pecuniárias e não pecuniárias do contrato de prestação de garantias.

O contrato de financiamento com a CEF detém como garantia fidejussória fiança corporativa da controladora indireta OTP, alienação fiduciária das ações do projeto e a cessão fiduciária dos direitos creditórios.

f) Principais compromissos assumidos

As cláusulas restritivas dos contratos de financiamento ponte foram cumpridas pela Companhia em 31 de dezembro de 2018.

16. Obrigações sociais e trabalhistas

	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
Encargos sociais e trabalhistas	3.614	4.383
Participação nos lucros e resultados	3.685	3.625
	7.299	8.008

17. Contas a pagar

	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
Seguros a pagar	3.171	1.471
Verbas do contrato de concessão	1.386	1.210
Outras contas a pagar	115	2.921
	4.672	5.602

18. Contingências e provisões para causas judiciais

	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
Reclamações cíveis	349	471
Reclamações trabalhistas	32	-
Outras	-	28
	381	499

A Companhia tem ações de naturezas cíveis e trabalhista, envolvendo risco de perda que foram classificados pela Administração como possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, no montante estimado de R\$ 14.673 em 31 de dezembro de 2018 (31 de dezembro de 2017 – R\$ 8.689).

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, a Companhia apresenta R\$ 1.601 (31 de dezembro de 2017 – R\$ 1.343) na rubrica de depósitos judiciais referente à processos de desapropriações, ações trabalhistas e cíveis.

19. Provisão para conserva especial

a) Composição

	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
Provisão de conserva especial	101.018	40.979
	101.018	40.979

b) Movimentação

Saldo em 31 de dezembro de 2017	40.979
Provisão de conserva especial	74.806
Constituição/reversão de provisão ajuste a valor presente	(14.767)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	101.018

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia apresenta o saldo de R\$ 101.018 (31 de dezembro de 2017 – R\$ 40.979) referente à provisão para manutenção e recuperação da infraestrutura. A provisão foi constituída considerando os investimentos previstos no contrato de concessão para o período de cinco anos, descontados a valor presente de 10,47% a.a. (31 de dezembro de 2017 – 11,15% a.a.) e apropriados pelo prazo de concessão de 30 anos.

A Companhia está em negociação junto à Agência Nacional de Transportes Terrestres para a postergação dos investimentos previstos no Contrato de Concessão, em especial as obras de duplicação e melhorias, por meio da Revisão Quinquenal prevista em regulamento próprio da ANTT.

O planejamento dos ciclos de conserva especial é vinculado ao cronograma de duplicação, de maneira que a eventual postergação da duplicação em discussão impacta diretamente na curva de conserva especial.

Assim, optou-se por reduzir o período de análise dos ciclos de conserva especial, inicialmente de 30 anos (prazo da Concessão) para 06 anos, para obter-se a melhor estimativa para a referida provisão: haverá apenas um ciclo de conserva especial no trecho já duplicado pela Companhia no referido período.

20. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 30 de setembro de 2017, foi aprovado aumento de capital no montante de R\$ 50.000, mediante emissão de 50.000.000 de novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, integralizados em moeda corrente nacional, realizados pela acionista ODBVias.

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, o capital social subscrito da Companhia é de R\$ 363.558, representado por 363.558.000 ações ordinárias normativas e sem valor nominal, pertencentes a acionista ODBVias.

b) Reserva de incentivos fiscais

Consoante Lei Complementar nº 124, de 27 de junho de 2007, a Companhia é beneficiária do Regime de Redução de 75% do IRPJ, inclusive adicionais não restituíveis, calculados com base no lucro da exploração, com início em 31 de dezembro de 2018 e término em 31 de dezembro de 2027, na forma do artigo 1º da MP nº 2.199-14/2001, com redação dada pelo art. 32 da Lei nº 11.196/2005 e nova redação dada pelo art. 69 da Lei nº 12.775/2012, conforme Laudo Constitutivo nº 202/2018, da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), constante do Processo Administrativo Fiscal nº 59004.002543/2018-10.

Referido benefício está limitado exclusivamente à atividade de exploração do sistema viário, conforme Contrato de Concessão com a ANTT (Contrato nº 003/2013), do setor de infraestrutura – transporte, definido como prioritário para o desenvolvimento regional, conforme art. 2º, Inciso I do Decreto nº 4.212/2002, com início do prazo de vigência em 27 de dezembro de 2013 e término em 27 de dezembro de 2043.

Seguindo os preceitos do artigo 18 da Lei nº 11.941/09, a Companhia reconheceu em 31 de dezembro de 2018 o montante de R\$ 388 referente à subvenção em conta de resultado e o destinou à Reserva de Incentivos Fiscais.

21. Receita líquida

	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
Receita de construção ICPC 01-R1 (i)	95.682	127.747
Receitas em numerário	142.106	139.667
Receitas de AVI ("Automatic Vehicle Identification") (ii)	173.076	160.606
Receitas de vale pedágio (iii)	109.320	99.975
Receitas acessórias	11.793	5.008
Receita de Subvenção Governamental (iv)	388	-
Receita de operação	436.683	405.256
Receita total	532.365	533.003
Tributos sobre serviços de operação	(37.452)	(34.362)
Outras deduções	(17)	(151)
	494.896	498.490

- (i) A Companhia reconheceu, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, R\$ 95.682 e R\$ 127.747, respectivamente, como receita de construção ICPC 01-R1 – Contratos de concessão. Na apuração do valor justo da sua contraprestação, a Companhia utilizou o custo total incorrido com as obras de infraestrutura, sendo utilizado para se chegar ao valor final o método de cálculo por dentro. A redução do valor da receita de construção, quando comparada com o período anterior refere-se basicamente à suspensão das obras de duplicação em decorrência da não liberação do financiamento de longo prazo;

- (ii) Oriundas da captação de sinais através de sensor eletrônico, as receitas por meio de sistema eletrônico de pagamento “Automatic Vehicle Identification” (AVI) são calculadas e registradas através do reconhecimento eletrônico dos veículos cadastrados e faturadas para os usuários via empresas especializadas;
- (iii) As transações de vale pedágio representam pagamentos efetuados pelos usuários mediante créditos de vale pedágio previamente adquiridos das empresas habilitadas (Cielo Visa e Dbtrans);
- (iv) A Companhia reconheceu uma receita de subvenção governamental referente ao direito à redução de 75% do imposto sobre a renda e adicionais não-restituíveis, calculados sobre o lucro da exploração.

22. Custo dos serviços

	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
Depreciação e amortização	(34.985)	(29.189)
Salários e encargos	(30.905)	(30.763)
Gastos gerais	(13.773)	(13.764)
Serviços de terceiros	(52.224)	(66.293)
Seguros	(14.589)	(5.839)
Provisão para conserva especial	(53.579)	(30.093)
Materiais	(12.328)	(11.001)
Aluguéis	(909)	(846)
	(213.292)	(187.788)
Custo de construção ICPC 01-R1	(95.682)	(127.747)
	(308.974)	(315.535)

23. Despesas gerais e administrativas

	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
Salários e encargos	(9.354)	(8.555)
Serviços de terceiros	(5.854)	(5.866)
Depreciação e amortização	(480)	(592)
Materiais e equipamentos	(986)	(544)
Despesa com veículos	(302)	(358)
Taxas de meios de pagamentos eletrônicos	(1.793)	(1.617)
Despesas com viagens	(466)	(460)
Provisão para contingências	118	(11)
Gastos gerais	(2.528)	(2.084)
	(21.645)	(20.087)

24. Resultado financeiro, líquido

	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
Despesas financeiras		
Juros sobre empréstimos	(89.467)	(79.433)
Juros sobre mútuos	(27.295)	(37.711)
Custos de transação	(46.333)	(40.006)
Juros sobre atraso (i)	(26.379)	(2.588)
IOF	(51)	(468)
Ajuste a valor presente	(6.460)	(2.207)
Outras	(2.862)	(2.102)
	(198.847)	(164.515)
Receitas financeiras		
Receita de aplicações financeiras	1.690	1.981
Outras	326	96
	2.016	2.077
Resultado financeiro, líquido	(196.831)	(162.438)

- (i) No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, a Companhia reconheceu o montante de R\$ 25.043 de juros sobre atraso de pagamentos das faturas do contrato junto a OECI conforme estabelecido em contrato.

25. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

Reconciliação da despesa de imposto de renda e da contribuição social

Os valores de imposto de renda e contribuição social demonstrados no resultado apresentam a seguinte reconciliação em seus valores à alíquota nominal:

	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
Resultado antes dos impostos	(31.575)	513
Imposto de renda (IR) e contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) às alíquotas nominais (34%)	10.736	(174)
Ajustes para apuração da alíquota efetiva:	-	-
Exclusões permanentes, líquidas	112	(113)
Efeito IR e CSLL no resultado	10.848	(287)
IR e CSLL corrente	(584)	-
IR e CSLL diferido	11.432	(287)
Total de IR e CSLL diferidos	10.848	(287)

(*) Conforme Laudo Constitutivo nº 202/2018 e Ato Declaratório nº 327, de 31 de dezembro de 2018, a Companhia passou a operar de 1º de janeiro de 2018 a 31 de dezembro 2027 no regime de redução de 75% do IRPJ, inclusive adicionais não restituíveis, calculados com base no lucro da exploração. O incentivo foi calculado, e classificado como Receita de Subvenção Governamental e representou uma redução de R\$ 388 sobre o débito apurado de IRPJ a pagar.

26. Lucro (prejuízo) por ação

Básico

O lucro (prejuízo) básico por lote de mil ações é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Sociedade, pela quantidade média ponderada de ações emitidas durante os exercícios findos em 31 de dezembro:

	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
Lucro (prejuízo) do exercício	(20.727)	226
Quantidade média ponderada de ações (milhares)	363.558	164.841
Lucro (prejuízo) básico por lote de mil ações	(57,01)	1,37

27. Demonstração do fluxo de caixa

a) A seguir demonstramos os efeitos de transações que não afetaram o caixa, cujos ajustes foram efetuados na demonstração do fluxo e caixa dos exercícios findo em 31 de dezembro. Caso as operações tivessem afetado o caixa, seriam apresentadas nas rubricas do fluxo de caixa a seguir:

	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
Fornecedores	8.483	23.974
Partes Relacionadas	-	4.616
Efeito no caixa líquido das atividades operacionais	8.483	28.590
Aquisição de ativo intangível	(8.483)	(28.590)
Efeito no caixa líquido das atividades de investimento	(8.483)	(28.590)

28. Seguros

A Companhia mantém contratos de seguros com coberturas consideradas pela Administração suficientes para cobrir os riscos inerentes de suas atividades, considerando a natureza e o grau de risco.

A contratação de seguros é baseada no cumprimento das obrigações contidas em cláusula específica do contrato de concessão, onde são exigidos: **(i)** seguro de danos materiais; **(ii)** seguro de responsabilidade civil; e **(iii)** seguro garantia do poder concedente.

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia apresenta as seguintes apólices de seguros contratadas com terceiros:

Modalidade	Cobertura	Vigência
Risco de engenharia + ALOP	2.900.341	mar/14 a mar/19
Garantia de concessões públicas	353.446	mar/18 a mar/19
Risco operacional	350.000	jun/17 a jun/20
Responsabilidade civil - Engenharia	(**)	mai/14 a mai/18
Risco de administradores e diretores	40.000	abr/18 a abr/19
Responsabilidade civil	80.000	jun/18 a dez/19
Seguro de veículos	(*)	set/18 a set/19

(*) 100% a 110% da tabela FIPE;

(**) Cancelamento da apólice de Responsabilidade Civil de Engenharia após anuência da ANTT para transferência da cobertura para apólice de Responsabilidade Civil Geral enquanto as obras de ampliação encontram-se interrompidas.

* * *